



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI

EDITAL Nº 001

Assessor Técnico

Instruções

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: Prova 1 – Língua Portuguesa de 01 a 10; Prova 2 – Legislação de 11 a 20 e Prova 3 – Conhecimentos Específicos de 21 a 50. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **3 (três) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades, conforme subitem 12.15 do Edital.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Data: 30 de agosto de 2026.

Inscrição

Sala

TEXTO

01 A disseminação acelerada de modelos de linguagem como o ChatGPT nos ambientes
02 escolares instalou um diagnóstico que se repete com variações mínimas entre professores,
03 gestores e formuladores de políticas públicas: os alunos estão terceirizando seus trabalhos,
04 redigindo ensaios com um comando de voz e resolvendo exercícios com a colagem de
05 enunciados em interfaces de inteligência artificial.

06 À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e
07 desonestidade acadêmica em massa. No entanto, uma investigação mais detida revela que o
08 alarme em torno da tecnologia oculta um mal-estar muito anterior e muito mais estrutural, que
09 diz respeito ao fim do próprio trabalho escolar.

10 A educação básica institucional, ao organizar-se como transmissão de um repertório fixo de
11 dados, fórmulas, datas, nomes e classificações, converteu o ato de aprender em uma sequência
12 previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado
13 pelos próprios sujeitos do processo.

14 Esse modelo, que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960, chamando-o de
15 'educação bancária', é evidentemente muito anterior à inteligência artificial. Mas opera, na
16 prática, também como um algoritmo. Estabelece um circuito fechado de depósito, arquivamento
17 e devolução de informações, onde muitas vezes o aprendizado real não se faz presente.

18 [...] O essencial é deslocar o eixo do trabalho pedagógico da memorização e da repetição
19 para a experiência reflexiva. Isso implica substituir as tarefas que se esgotam na reprodução de
20 informações por desafios que mobilizem a capacidade de formular perguntas, de interpretar
21 contextos e de construir argumentos.

22 [...] Assim, por mais que a IA por muitas vezes atrapalhe o aprendizado, ela não está
23 fazendo nada mais do que tornar mais evidentes as precariedades já existentes da nossa
24 educação. O que está em jogo não é apenas o uso ou a proibição da inteligência artificial, mas a
25 decisão ética e política sobre a finalidade social da educação, do ensino fundamental à pós-
26 graduação.

ARÃO, Cristian. IA nas escolas: uso de tecnologia na sala de aula expõe limites do ensino baseado na memorização. *The Conversation Brasil*. Disponível em: <https://theconversation.com/ia-nas-escolas-evidencia-precariades-ja-existentis-da-educacao-mas-pode-ser-opportunidade-de-mudanca-288883>. Acesso em 15 ago. 2026.

01. Segundo o autor, o uso de IA em tarefas escolares constitui:

- A) reflexo de uma educação pautada em memorização e repetição.
- B) uma evidência da decadência ética da nova geração de estudantes.
- C) um grande desafio à capacidade de formular perguntas adequadas.
- D) a principal causa das precariedades da educação básica institucional.

02. Em "No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia..." (linhas 07-08), a expressão sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo da relação de sentido estabelecida, por:

- A) portanto.
- B) contanto.
- C) entretanto.
- D) porquanto.

03. Assinale a frase em que o termo *já* está empregado com o mesmo sentido que tem em "...que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960..." (linha 14).

- A) Os educadores evitam a IA; já os alunos a usam.
- B) A educação precisa de uma grande mudança já!
- C) A questão já não é o uso de IA, mas o bom uso dela.
- D) A memorização no ensino já era discutida antes da IA.

04. No texto, o autor compara a chamada "educação bancária" a um algoritmo, porque:
- A) é baseada em depositar, arquivar e devolver informações.
 - B) o professor atua, nela, como um computador que sabe tudo.
 - C) exige dos alunos aprender intrincadas operações matemáticas.
 - D) as crianças apreendem o conhecimento de forma automática.
05. De acordo com o texto, a discussão sobre o emprego de IA nas escolas envolve:
- A) também o posicionamento ético e político sobre a função social da educação.
 - B) a necessidade de mais pesquisas controladas para averiguar seus reais efeitos.
 - C) a simples decisão sobre o uso ou a proibição da inteligência artificial na educação.
 - D) a criação de leis, normas e diretrizes contra a terceirização dos trabalhos escolares.
06. Assinale a alternativa cuja palavra, como "mal-estar" (linha 08), está grafada conforme as normas ortográficas vigentes.
- A) Extra-escolar.
 - B) Recém-formado.
 - C) Semi-alfabetizado.
 - D) Auto-aprendizagem.
07. Assinale a alternativa cuja palavra contém sufixo de mesmo valor semântico do sufixo presente em "escolar" (linha 09).
- A) Colagem.
 - B) Educação.
 - C) Intelectual.
 - D) Arquivamento.
08. Assinale a alternativa em que a oração destacada segue as normas da língua padrão, como em "...uma sequência previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo" (linhas 11-13).
- A) Os trabalhos em cujos os alunos usaram IA ficarão sem nota.
 - B) Os alunos cujos professores propõem desafios aprendem mais.
 - C) A escola cuja alunos recorrem à IA nas tarefas criou sanções severas.
 - D) O estudante cujo seu trabalho foi feito por IA recebeu uma nota baixa.
09. Assinale a alternativa que indica corretamente a função sintática do termo destacado em "...cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo" (linhas 12-13).
- A) Objeto indireto.
 - B) Agente da passiva.
 - C) Complemento nominal.
 - D) Objeto direto preposicionado.
10. Assinale a alternativa em que o verbo destacado está no mesmo tempo e modo do destacado em: "...que mobilizem a capacidade de formular perguntas..." (linha 20).
- A) "...que se repete com variações mínimas..." (linha 02).
 - B) "Estabelece um circuito fechado de depósito..." (linha 16).
 - C) "...que se esgotam na reprodução de informações..." (linhas 19-20).
 - D) "...por mais que a IA por muitas vezes atrapalhe o aprendizado..." (linha 22).

11. Em uma situação hipotética, após intensos debates sobre o desenvolvimento socioeconômico da Região do Litoral Leste do Estado do Ceará, lideranças comunitárias do Município de Aracati iniciaram discussões sobre o eventual desmembramento de uma de suas regiões distritais para a posterior criação de um novo Município. O Prefeito de Aracati e os vereadores da Câmara Municipal decidiram consultar a assessoria jurídica local sobre quais seriam as exigências e a sequência de requisitos constitucionais necessários para a realização formal de uma alteração na territorialidade do município.

Considerando estritamente a disciplina e a literalidade da Constituição Federal sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, a assessoria jurídica deve informar que o procedimento:

- A) far-se-á por lei ordinária federal, independentemente de período fixado por Lei Complementar, e dependerá de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos e da aprovação posterior por lei estadual.
- B) far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- C) far-se-á por decreto legislativo estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do território a ser desmembrado, dispensados os Estudos de Viabilidade Municipal.
- D) far-se-á por lei complementar estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.

12. Nos termos da Constituição Federal, é vedado aos Municípios:

- A) autorizar o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los mediante incentivo fiscal ou manter com eles relações de qualquer natureza, ressalvada a hipótese de autorização por decreto do Poder Executivo local.
- B) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- C) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, vedada, em qualquer hipótese, a colaboração de interesse público.
- D) subvencionar templos religiosos de qualquer denominação, salvo se formalmente declarados de utilidade pública ou integrantes do patrimônio cultural e histórico do Município.

13. Uma equipe de auditoria analisou a gestão orçamentária da Câmara Municipal em relação aos limites com despesas de pessoal e às responsabilidades administrativas decorrentes de eventual inobservância das normas constitucionais. Com base estrita na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- B) a Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- C) constitui infração administrativa, com pena exclusiva de multa, o desrespeito ao limite constitucional de gastos com folha de pagamento da Câmara Municipal.
- D) constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal o desrespeito ao limite constitucional de gastos com a folha de pagamento da Câmara Municipal.

14. Durante os estudos preparatórios para a estruturação de políticas públicas integradas no âmbito do Município de Aracati, os assessores técnicos debateram a distribuição constitucional de competências entre os entes da Federação. Para evitar nulidades em atos normativos e administrativos, a equipe analisou detidamente as atribuições que envolvem competência material comum e as regras relativas à competência legislativa concorrente previstas na Constituição Federal de 1988. Com base estrita na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a superveniência de lei federal suspender a eficácia da lei municipal e estadual no que lhe for contrário.
 - B) A competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência é comum a todos os entes federativos, enquanto a proteção da saúde é de competência privativa da União.
 - C) Inexistindo lei federal sobre normas gerais na competência legislativa concorrente, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
 - D) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito da competência legislativa concorrente, legislar sobre procedimentos em matéria processual e juntas comerciais.
15. Em conformidade com as normas estipuladas na Constituição Federal de 1988 a respeito do controle e da fiscalização dos Municípios, assinale a alternativa correta.
- A) É permitida a criação de novos Tribunais de Contas Municipais no âmbito das capitais dos Estados, desde que aprovada por lei complementar federal.
 - B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido de forma privativa e exclusiva, sendo vedado o auxílio de Tribunais de Contas no julgamento das contas do Prefeito.
 - C) As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição exclusiva dos vereadores para exame, apreciação e eventual questionamento de sua legitimidade.
 - D) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do órgão competente de Contas, e o parecer prévio emitido sobre as contas do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
16. Com base nas disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracati referentes ao processo de destituição dos membros da Mesa Diretora, assinale a alternativa correta.
- A) O requerimento que instaurar o processo de destituição deve ser subscrito por, no mínimo, um terço dos Vereadores.
 - B) Notificado pela Comissão Processante, o denunciado terá o prazo de cinco dias úteis para apresentar sua defesa prévia por escrito.
 - C) A destituição individual ou coletiva de membros da Mesa dependerá de Aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - D) O membro da Mesa que faltar a duas sessões ordinárias consecutivas sem justificativa será submetido obrigatoriamente ao processo formal de destituição por Comissão Processante.
17. Em conformidade com as disposições regimentais relativas às atribuições institucionais e ao funcionamento da Câmara Municipal de Aracati, assinale a alternativa que indica corretamente o exercício da sua função judiciária atípica:
- A) Gerir seus serviços internos, sua organização administrativa, seus servidores e sua estrutura funcional.
 - B) Processar e julgar infrações político-administrativas do Prefeito, do Vice-Prefeito e de seus próprios membros, nos termos da legislação vigente.
 - C) Fiscalizar e controlar os atos da administração pública municipal mediante controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
 - D) Elaborar, discutir e aprovar emendas à lei orgânica, leis ordinárias, leis complementares, decretos legislativos e resoluções sobre matérias de competência do Município.

18. Em consonância com as regras previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracati a respeito da estrutura, da composição e do mandato da Mesa Diretora, assinale a alternativa correta:
- A) A posse da nova Mesa Diretora eleita para o segundo biênio ocorrerá no dia 1º de fevereiro da 3ª Sessão Legislativa.
 - B) O mandato dos membros da Mesa Diretora é de quatro anos, vedada qualquer reeleição ou recondução de seus integrantes dentro da mesma legislatura.
 - C) Na ausência concomitante do Primeiro e do Segundo Secretário, a sessão legislativa deverá ser imediatamente suspensa até o comparecimento de um dos titulares da Secretaria.
 - D) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, com mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez na eleição subsequente dentro da mesma legislatura.
19. Diante do vacância simultânea dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Aracati, a chefia do Poder Executivo foi devolvida, conforme a linha sucessória, ao Presidente da Câmara Municipal. Contudo, ao ser formalmente notificado para assumir temporariamente a administração do Município, o Presidente do Legislativo manifestou o seu desinteresse em exercer o cargo de Prefeito.
- Considerando o regramento da Lei Orgânica Municipal sobre a linha de substituição e os procedimentos no Poder Legislativo, assinale a alternativa correta sobre a condição necessária para que o encargo da chefia do Executivo passe a outro vereador:
- A) O Vice-Presidente da Câmara assume o Poder Executivo imediatamente, sem a necessidade de alteração na composição da Mesa Diretora.
 - B) O Presidente da Câmara assume automaticamente a Prefeitura como interventor, sem direito de recusa por se tratar de dever constitucional.
 - C) A Câmara Municipal é dissolvida e o Tribunal de Justiça do Estado nomeia um gestor provisório até a realização do pleito suplementar.
 - D) O Presidente da Câmara deve renunciar à sua função de dirigente da Mesa Diretora para que a Casa realize nova eleição para o cargo vago, permitindo ao novo Presidente eleito assumir a chefia do Poder Executivo.
20. Grupo de moradores do Município de Aracati, visando a obtenção de recursos para a construção de um centro comunitário, organizou um projeto de lei de iniciativa popular devidamente subscrito pelo percentual exigido de eleitores do município. O projeto dispunha expressamente sobre a autorização para a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente para custear a obra. Considerando as regras de processo legislativo e a repartição de competências estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Aracati e na Constituição Federal, assinale a opção correta sobre a viabilidade do referido projeto:
- A) O projeto apresenta vício de iniciativa formal, pois a apresentação de leis que autorizem a abertura de créditos é de competência privativa do Prefeito.
 - B) O projeto só poderá prosseguir se for aprovado por maioria qualificada de dois terços dos membros da Câmara Municipal para sanar a nulidade inicial.
 - C) O projeto é constitucional e legal, pois a iniciativa popular pode propor leis sobre qualquer matéria de interesse local, inclusive a abertura de créditos adicionais.
 - D) O Poder Legislativo deverá acolher o projeto e promulgar a lei imediatamente, pois projetos oriundos de iniciativa popular possuem prioridade de votação e dispensam a sanção do Prefeito.

21. Em relação ao conceito de atos administrativos, é correto afirmar:
- A) Não decorrem da manifestação da vontade.
 - B) São ocorrências naturais que causam efeitos jurídicos.
 - C) São eventos materiais que repercutem na esfera jurídico-administrativa.
 - D) Manifestação de vontade da Administração Pública com o objetivo de implementar o interesse público.
22. Considerando o critério do grau de liberdade, os atos administrativos podem ser classificados em:
- A) Ato vinculado ou ato discricionário.
 - B) Ato de império ou ato de gestão.
 - C) Ato simples ou ato complexo.
 - D) Ato geral ou ato individual.
23. Atos administrativos, por decorrerem da supremacia do interesse público sobre o privado, contêm os chamados atributos, que marcam o resultado da produção efetiva de um ato e tudo o que se deve “identificar” em um ato administrativo produzido. Sobre o atributo da exigibilidade, pode-se afirmar corretamente:
- A) Um ato deve ser típico, previsto em lei, para ser considerado lícito.
 - B) Determinação da Administração Pública utilizar-se da supremacia do interesse público sobre o privado para criar unilateralmente obrigações para si e para o particular, sem necessitar da anuência deste.
 - C) Consiste no atributo que permite que a Administração Pública imponha sanções ao particular que não esteja atuando de acordo com a normatização vigente.
 - D) O ato será praticado sem necessidade de permissão do Poder Judiciário, pois a Administração poderá realizar a execução material dos atos ou dispositivos legais de forma direta.
24. É dever atribuído à administração pública dar total transparência a todos os atos que praticar, além de fornecer todas as informações solicitadas pelos particulares, sejam públicas, de interesse pessoal ou mesmo personalíssimas, que constem de bancos de dados públicos, pois, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso. O aludido princípio comporta algumas exceções, como os atos e as atividades relacionados com a segurança da sociedade ou do Estado, ou quando o conteúdo da informação for resguardado pelo direito à intimidade. Essa descrição se refere a qual princípio da administração pública?
- A) Eficiência.
 - B) Publicidade.
 - C) Moralidade.
 - D) Continuidade.
25. De acordo com a corrente clássica, baseada no art. 2º da Lei Nº 4.717/65, entre os requisitos do ato administrativo está a competência, que pode ser descrita como:
- A) A situação de fato ou de direito que autoriza a prática do ato.
 - B) O poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho de suas funções.
 - C) O conteúdo do ato, a ordem por ele determinada, ou o resultado prático pretendido ao se expedir-lo.
 - D) O modo de exteriorização e os procedimentos prévios exigidos na expedição do ato administrativo.

26. São características da administração pública burocrática:
- A) Concentra-se no processo e é autorreferente.
 - B) Ser voltada para o cidadão e orientada para obtenção de resultados.
 - C) Como estratégia, servir da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação.
 - D) Utilizar o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores de recursos públicos.
27. O Brasil é um Estado organizado de forma federativa, cujas atribuições inerentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são divididas em três esferas de atuação, a federal (União), a estadual e a municipal, considerando-se que:
- A) As ações de caráter local são de competência da esfera federal.
 - B) A divisão de poderes entre a União e os estados membros é apenas territorial.
 - C) Os municípios possuem os Poderes Executivo e Legislativo. O Judiciário municipal deverá ser suprido pelo governo estadual.
 - D) As constituições dos estados federados surgem ou estabelecem-se independentes da Constituição da União e das leis federais.
28. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995) se refere a quatro setores que integrariam o aparelho do Estado, com reflexos na organização da Administração Pública. Dentre esses, o setor que corresponde à área de atuação das empresas, caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura, é chamado de:
- A) Núcleo estratégico.
 - B) Atividades exclusivas.
 - C) Serviços não exclusivos.
 - D) Produção de bens e serviços para o mercado.
29. O art. 3º da Lei 8.666/93, após as alterações da Lei 12.349, de 15.12.2010, especifica como sendo um dos objetivos básicos ou finalidades da realização da licitação garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, o que implica:
- A) Assegurar a igualdade de oportunidades para os que queiram oferecer serviços, realizar obras, vender bens ou desejam adquirir o que está sendo alienado pelo Poder Público.
 - B) Margem de preferência adicional para produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes do desenvolvimento e da inovação tecnológica realizados no país.
 - C) Na relação custo-benefício, ponderem-se também questões relacionadas à qualidade do produto ou serviço.
 - D) Encontrar maior qualidade na prestação e/ou maior benefício econômico, a depender do tipo de licitação.
30. As situações em que a licitação não é obrigatória são, em regra, classificadas em duas hipóteses: dispensa, disciplinada no art. 24 da Lei 8.666/93; e inexigibilidade, contida no art. 25 da Lei. Consiste em uma situação exemplificada de dispensa em razão do objeto:
- A) Compra ou locação de imóvel que atenda finalidades precípua da Administração voltadas aos interesses de instalação e localização, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - B) Contratações e serviços técnicos de natureza singular com profissionais de notória especialização, à exceção dos serviços de publicidade e divulgação.
 - C) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - D) A compra de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, sendo a prova de exclusividade feita mediante atestado fornecido por órgão de registro do comércio (junta comercial), sindicato, federação ou confederação patronal ou entidades equivalentes.

31. São atribuições do pregoeiro na realização do pregão:
- A) Celebrar o contrato.
 - B) Homologar o resultado da licitação.
 - C) Determinar a abertura do processo licitatório.
 - D) Receber, examinar e decidir, em 24 horas, impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração.
32. Espécie de contrato administrativo em que há delegação de prestação de serviço público, execução de obra pública ou uso de bem público ao particular:
- A) Consórcio público.
 - B) Contrato de concessão.
 - C) Contrato de fornecimento.
 - D) Contrato de credenciamento.
33. A grande diferença entre os contratos administrativos e os contratos privados está na previsão de algumas condições diferenciadas oferecidas ao Poder Público. Uma dessas características principais é a chamada bilateralidade, que pode ser descrita como:
- A) A formalização do contrato se dará pelo simples consenso entre as partes, não sendo necessária transferência do bem para sua perfeição. Entende-se que o consenso do particular se manifesta quando se abre o envelope de documentação, ao passo que o consenso da Administração será externalizado no momento da celebração do contrato.
 - B) Como o contrato administrativo prevê obrigações recíprocas para as partes, a adimplência com as obrigações de uma parte exige a execução da atividade pela outra parte.
 - C) As obrigações estipuladas nos contratos devem guardar equivalência entre elas, não podendo uma das partes suportar um peso de responsabilidade maior do que a outra.
 - D) Prever a determinação de obrigações para ambas as partes do contrato. Diferentemente do contrato regido pelo Direito Civil, no Direito Administrativo não existirá contrato de risco, caracterizado pela celebração de contratos aleatórios sem a definição prévia das obrigações das partes. Nos contratos administrativos, tais previsões são obrigatórias, sob pena de nulidade do contrato firmado.
34. O art. 2º, parágrafo único, da Lei Nº 9.784/99 enumera os “critérios” ou princípios informadores do processo administrativo, sendo um deles o princípio da obrigatoria motivação, que pode ser descrito como:
- A) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
 - B) Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
 - C) Garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
 - D) Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, bem como interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.
35. O processo administrativo está constituído por funções administrativas divididas, comumente, em quatro fases ou etapas, que são: planejamento, organização, direção e controle. Sobre essas fases, é correto afirmar:
- A) Organização: consiste em estabelecer metas e objetivos, ou seja, o caminho a seguir.
 - B) Direção: distribui o trabalho de forma estruturada e sistematizada entre os funcionários, para atingir os objetivos.
 - C) Controle: consiste em comparar os resultados com o planejado, com o objetivo de garantir que as atividades foram desenvolvidas de acordo com o plano estabelecido.
 - D) Planejamento: seu objetivo é fazer com que os membros da organização realizem determinada tarefa com disposição e prazer, contribuindo, assim, para atingir os objetivos propostos.

36. Processos restritivos ou ablatórios são aqueles que impõem limitações à esfera privada de interesse, como, por exemplo:
- A) Interdição de estabelecimento.
 - B) Pedido de licença.
 - C) Concurso público.
 - D) Licitação.
37. A noção de controle da Administração Pública é inerente ao Estado de Direito e relaciona-se com o próprio desenvolvimento do Direito administrativo. Sobre os conceitos de controle interno e externo, é correto afirmar:
- A) O controle externo se relaciona com a autotutela administrativa.
 - B) O controle interno é efetivado pelos poderes Legislativo e Judiciário.
 - C) O controle externo visa à fiscalização da sociedade geral por meio do agente público.
 - D) No controle interno, a Administração pode de ofício ou mediante provocação, por petição do administrado, desfazer um ato, seja anulando ou mesmo revogando o ato.
38. A revisão é um exemplo de recurso administrativo, o qual pode ser descrito como:
- A) Recurso dirigido à autoridade superior no mesmo órgão em que o ato foi praticado.
 - B) Envolve a denúncia de irregularidades feita à Administração Pública por qualquer pessoa.
 - C) Utilizada para questionar punição administrativa diante de fatos novos ou circunstâncias relevantes que comprovem a inadequação da sanção aplicada.
 - D) Compreende o pedido de reconhecimento de direito ou de correção de ato que cause lesão ou ameaça de lesão a servidor ou particular, feito no prazo de um ano.
39. O controle do Poder Legislativo pode ser dividido em controle financeiro e controle político. É característica do controle político:
- A) É exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas.
 - B) Recai sobre aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
 - C) É aquele relacionado com a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Direta e Indireta.
 - D) Objetiva proteger os superiores interesses do Estado e da coletividade e recai tanto sobre aspectos de legalidade como sobre a conveniência e oportunidade das medidas do Executivo.
40. Tipo de ação judicial de controle da Administração Pública proposta por qualquer cidadão, visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência:
- A) Ação popular.
 - B) Ação de improbidade.
 - C) Mandado de injunção.
 - D) Mandado de segurança.
41. Conforme o regime legal aplicável, os pareceres podem ser classificados em diversas categorias. Quanto aos efeitos de sua não emanção, podem ser:
- A) De mérito ou de legalidade.
 - B) Obrigatórios ou facultativos.
 - C) Suspensivos ou não suspensivos.
 - D) Vinculantes ou não vinculantes.

42. Tipo de parecer que, por decisão de uma autoridade superior, adquire força vinculante para todos os casos futuros idênticos à situação objeto da consulta, não se esgotando na primeira aplicação.
- A) Parecer comum.
 - B) Parecer normativo.
 - C) Parecer de oportunidade.
 - D) Parecer de conveniência.
43. A interpretação de valores éticos pode ser absoluta ou relativa. O comportamento ético relativo é aquele que:
- A) Segue o chamado idealismo moral.
 - B) Tem como resultado a ética situacional (ou utilitária).
 - C) Afirma que o certo é certo e o errado é errado, seja qual for a circunstância.
 - D) Baseia-se na premissa de que as normas de conduta são válidas em todas as situações.
44. Em 1994, foi promulgado o Decreto Nº 1.171, que contém o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. O Capítulo I trata das regras deontológicas, que constituem os princípios do comportamento do servidor público, dentre eles:
- A) O servidor público poderá desprezar o elemento ético de sua conduta quando da decisão entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, o honesto e o desonesto.
 - B) A moralidade da Administração Pública limita-se à distinção entre o bem e o mal, sem incluir a ideia de que o fim é sempre o bem comum.
 - C) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade não deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, pois, como agente público, distinto da sociedade, o êxito desse trabalho não pode ser considerado seu maior patrimônio.
 - D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
45. São processos usados para medir, monitorar e controlar atividades de negócios; não conferem valor diretamente aos clientes, mas são necessários para garantir que a organização opere com eficiência e eficácia.
- A) Processos de suporte.
 - B) Processos de núcleo.
 - C) Processos de gestão.
 - D) Processos primários.
46. Implica que nenhum dos interessados na instituição pública deve ser privilegiado em relação aos outros por causa de interesses espúrios:
- A) Inclusão.
 - B) Equidade.
 - C) Diversidade.
 - D) Transparência.
47. Combina questões econômicas e ambientais, como controle eficiente da poluição para corrigir as externalidades negativas geradas pelas atividades, economia de recursos produtivos, desenvolvimento de produtos e serviços ambientalmente saudáveis:
- A) Ecoeficiência.
 - B) Justiça social.
 - C) Habitabilidade.
 - D) Produtividade biológica.

48. O capital natural é constituído pela totalidade de bens e serviços presentes no meio ambiente que desempenham múltiplas funções aos humanos e seus sistemas produtivos. Uma dessas funções se refere a neutralizar, absorver ou reciclar resíduos das atividades humanas, sendo chamada de:
- A) Fonte.
 - B) Dissipação.
 - C) Suporte à vida.
 - D) Suporte à saúde e ao bem-estar humanos.
49. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) configuram cinco dimensões ou áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria). Sobre essas dimensões, pode-se afirmar corretamente:
- A) Pessoas – assegurar que todos desfrutem de uma vida próspera e de realização pessoal plena, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
 - B) Prosperidade – acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.
 - C) Planeta – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, pois não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
 - D) Parceria – mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.
50. Valor da governança que se refere à conformidade legal, especialmente a relacionada aos direitos dos minoritários passivos:
- A) Fairness.
 - B) Disclosure.
 - C) Compliance.
 - D) Accountability.